

- 1.000 Questões gabaritadas da banca FCC;
- De acordo com os principais assuntos abordados no Edital de Abertura do Edital nº 01/2026 de acordo com o cargo de Soldado;
- Organizado por disciplinas e assuntos.

1.000

QUESTÕES PARA A

PM-PI

SOLDADO

Língua Portuguesa
Raciocínio Lógico e Matemática Básica
Noções de Informática
Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Regionais do Estado Do
Piauí

Legislação da Polícia Militar do Estado Do
Piauí
Constituição Federal
Constituição do Estado do Piauí
Direito Penal
Legislação Especial
Noções de Direito Administrativo

1.000

QUESTÕES PARA A
PM-PI

SOLDADO

APRESENTAÇÃO

O treino de questões, além de testar seus conhecimentos, é fundamental para compreender melhor o perfil da banca organizadora. Ao mesmo tempo em que você revisa a teoria estudada, pratica a metodologia da banca e cria uma rotina de estudos essencial para a sua preparação.

Pensando nisso, a série Caderno de Questões apresenta 1.000 questões gabaritadas para o concurso da Polícia Militar do Estado do Piauí- PM-PI, trazendo as mais recentes questões organizadas pela banca FCC, contratada para a realização do certame e também um complemento de bancas variadas, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca, para o cargo de Soldado, de acordo com os itens mais relevantes do Edital nº 1, de 2026.

O material é separado em disciplinas, de acordo com os assuntos abordados no edital publicado, para que você possa treinar tudo o que foi cobrado e já conhecer o que, possivelmente, sua banca irá abordar.

Neste material, você encontra, ainda, o gabarito oficial ao final de cada disciplina, para conferir suas resoluções.

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	13
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS	13
→ ACENTUAÇÃO.....	14
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	15
→ SUBSTANTIVO	17
→ ADJETIVO	17
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	19
→ CORRELAÇÃO VERBAL.....	23
→ PRONOMES PESSOAIS.....	26
→ PRONOMES RELATIVOS.....	28
→ PREPOSIÇÃO.....	29
→ CONJUNÇÃO.....	29
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	32
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO	33
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	35
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO	40
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	41
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	47
→ CRASE.....	52
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	56
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	59
→ VÍCIOS DE LINGUAGEM (PLEONASMO, AMBIGUIDADE, CACOFONIA, ETC.)	63
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	64
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	76
→ GABARITO 	79
 RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA BÁSICA	 83
→ ESTATÍSTICA - PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	83
→ PROBABILIDADE CONDICIONAL	83
→ PROBABILIDADE DA UNIÃO	84

→ MATEMÁTICA - NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA.....	84
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	85
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	86
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	87
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	88
→ PORCENTAGEM	88
→ ANÁLISE COMBINATÓRIA (PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM, ARRANJOS, COMBINAÇÕES, PERMUTAÇÕES)	89
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	90
→ EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU E EQUAÇÕES BIQUADRADAS	91
→ PROGRESSÃO ARITMÉTICA.....	92
→ SISTEMAS LINEARES	92
→ ÁREA E PERÍMETRO DO TRIÂNGULO	93
→ RELAÇÕES MÉTRICAS NO TRIÂNGULO RETÂNGULO (INCLUI TEOREMA DE PITÁGORAS).....	93
→ QUADRILÁTEROS (PROPRIEDADES, ÁREA, PERÍMETRO, SOMA DOS ÂNGULOS, ETC).....	93
→ COMPRIMENTO DA CIRCUNFERÊNCIA E DO ARCO DE CIRCUNFERÊNCIA	94
→ GEOMETRIA ESPACIAL	94
→ MATEMÁTICA FINANCEIRA - JUROS SIMPLES.....	94
→ JUROS COMPOSTOS.....	95
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	97
→ SEQUÊNCIAS DE NÚMEROS, FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS.....	98
→ GABARITO 	100

NOÇÕES DE INFORMÁTICA..... 103

→ INFORMÁTICA - PROCESSADOR (CPU) E ARQUITETURA DE COMPUTADOR.....	103
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA).....	103
→ WINDOWS 10.....	103
→ WORD 2019.....	108
→ EXCEL 2019.....	110
→ POWERPOINT 2019	112
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	113
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	114
→ GABARITO 	115

CONHECIMENTOS GERAIS117

→ GEOGRAFIA - GLOBALIZAÇÃO E DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.....	117
→ SISTEMAS POLÍTICO-ECONÔMICOS.....	118
→ BLOCOS REGIONAIS.....	119
→ INDUSTRIALIZAÇÃO	120

→ ENERGIA NO BRASIL	122
→ POLÍTICA E DESIGUALDADE REGIONAL	122
→ URBANIZAÇÃO BRASILEIRA.....	122
→ METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL.....	124
→ GEOGRAFIA POLÍTICA NO MUNDO	124
→ GEOPOLÍTICA DO BRASIL.....	125
→ GABARITO 	126

CONHECIMENTOS REGIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ.....127

→ ATUALIDADES E CONHECIMENTOS GERAIS - REALIDADE SOCIAL, HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO PIAUÍ.....	127
→ GEOGRAFIA - GEOGRAFIA DO PIAUÍ	128
→ HISTÓRIA - HISTÓRIA DO PIAUÍ	132
→ GABARITO 	135

LEGISLAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ.....137

→ LEGISLAÇÃO MILITAR - LEI Nº 14.751/2023 - LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS PMS E CBMS DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS.....	137
→ DECRETO Nº 88.777/1983 - REGULAMENTO PARA AS PMS E CBMS (R-200).....	137
→ LEI ESTADUAL Nº 3.808/1981 - ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO PIAUÍ	139
→ LEI ESTADUAL Nº 7.725/2022 - CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DOS MILITARES DO ESTADO DO PI	144
→ GABARITO 	144

CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....145

→ DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOUTRINA) - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	145
→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS).....	146
→ GERAÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	146
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	146
→ MANDADO DE SEGURANÇA.....	148
→ MANDADO DE INJUNÇÃO.....	149
→ HABEAS DATA.....	149
→ AÇÃO POPULAR	150
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	151
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	152
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS).....	153
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	153
→ PERDA DA NACIONALIDADE	154
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	154
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	154

→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	155
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	156
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	156
→ DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (ARTS. 32 E 33 DA CF/1988).....	157
→ INTERVENÇÃO FEDERAL E ESTADUAL (ARTS. 34 A 36 DA CF/1988).....	157
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	158
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	159
→ ESTADO DE DEFESA E DE SÍTIO (ARTS. 136 A 141 DA CF/1988).....	160
→ FORÇAS ARMADAS (ARTS. 142 E 143 DA CF/1988).....	161
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988).....	161
→ GABARITO 	161

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ 163

→ DIREITO CONSTITUCIONAL ESTADUAL E DISTRITAL - CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ (CE-PI).....	163
→ GABARITO 	170

DIREITO PENAL..... 171

→ DIREITO PENAL - PRINCÍPIOS MODERNOS DE DIREITO PENAL	171
→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP).....	171
→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP).....	171
→ TEMPO DO CRIME (ART. 4º DO CP).....	171
→ LUGAR DO CRIME (ART. 6 DO CP).....	171
→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP).....	171
→ DOLO, CULPA E PRETERDOLO (ARTS. 18 E 19 DO CP).....	172
→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP).....	172
→ CRIME IMPOSSÍVEL (ART. 17 DO CP).....	172
→ DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA (ART. 15 DO CP).....	172
→ CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ILICITUDE E SUAS EXCLUDENTES (ART. 23 DO CP).....	172
→ CONCEITOS GERAIS DA CULPABILIDADE.....	173
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP).....	173
→ CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31 DO CP).....	173
→ PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: ESPÉCIES, REGIMES E PROGRESSÃO (ARTS. 32 A 42 E 53 DO CP).....	173
→ DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS (ARTS. 43 A 48 E 54 A 57 DO CP).....	174
→ DA PENA DE MULTA (ARTS. 49 A 52 E 58 DO CP).....	174
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 59 A 68 DO CP).....	174
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP)	174
→ FEMINICÍDIO (ART. 121-A DO CP)	174
→ ABORTO PROVOCADO POR TERCEIRO (ARTS. 125 A 128 DO CP)	174
→ DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP).....	175

→ DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE (ARTS. 130 A 136 DO CP)	175
→ DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 138 A 145 DO CP)	175
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL (ARTS. 146 A 149-A DO CP)	175
→ DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....	176
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP)	176
→ DO DANO (ARTS. 163 A 167 DO CP)	176
→ DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA (ARTS. 168 A 170 DO CP)	176
→ DO ESTELIONATO E DAS OUTRAS FRAUDES (ARTS. 171 A 179 DO CP)	177
→ DA RECEPÇÃO (ARTS. 180 E 180-A DO CP)	177
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (ARTS. 181 A 183 DO CP).....	177
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL E DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL (ARTS. 213 A 216-B DO CP).....	177
→ DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL (ARTS. 217-A A 226 DO CP)	178
→ DOS CRIMES DE PERIGO COMUM (ARTS. 250 A 259 DO CP)	178
→ FALSIFICAÇÃO DE PAPÉIS PÚBLICOS (ART. 293 DO CP)	178
→ FALSIFICAÇÃO DO SELO OU SINAL PÚBLICO (ART. 296 DO CP).....	179
→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297 DO CP).....	179
→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR (ART. 298 DO CP).....	179
→ FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CP)	179
→ USO DE DOCUMENTO FALSO (ART. 304 DO CP).....	180
→ FALSA IDENTIDADE (ARTS. 307 A 308 DO CP)	180
→ ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR (ART. 311 DO CP).....	180
→ PECULATO (ART. 312 DO CP)	180
→ INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES (ART. 313-A DO CP)	180
→ EMPREGO IRREGULAR DE VERBAS OU RENDAS PÚBLICAS (ART. 315 DO CP)	181
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP)	181
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	181
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP).....	181
→ CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA (ART. 320 DO CP).....	181
→ ADVOCACIA ADMINISTRATIVA (ART. 321 DO CP).....	182
→ USURPAÇÃO DE FUNÇÃO PÚBLICA (ART. 328 DO CP)	182
→ RESISTÊNCIA (ART. 329 DO CP)	182
→ DESOBEDIÊNCIA (ART. 330 DO CP).....	182
→ DESACATO (ART. 331 DO CP).....	182
→ TRÁFICO DE INFLUÊNCIA (ART. 332 DO CP)	183
→ CORRUPÇÃO ATIVA (ART. 333 DO CP)	183
→ DESCAMINHO E CONTRABANDO (ARTS. 334 E 334-A DO CP)	183
→ IMPEDIMENTO, PERTURBAÇÃO OU FRAUDE DE CONCORRÊNCIA (ART. 335 DO CP)	183
→ SUBTRAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO (ART. 337 DO CP)	184
→ SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ART. 337-A DO CP)	184
→ DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (ARTS. 337-E A 337-P DO CP).....	184
→ DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA (ART. 339 DO CP).....	184

→ AUTO-ACUSAÇÃO FALSA (ART. 341 DO CP).....	184
→ FALSO TESTEMUNHO OU FALSA PERÍCIA (ARTS. 342 E 343 DO CP)	184
→ FRAUDE PROCESSUAL (ART. 347 DO CP).....	185
→ FAVORECIMENTO REAL (ARTS. 349 E 349-A DO CP).....	185
→ EXPLORAÇÃO DE PRESTÍGIO (ART. 357 DO CP)	185
→ DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS (ARTS. 359-A A 359-H DO CP)	185
→ GABARITO 	185

LEGISLAÇÃO ESPECIAL.....187

→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011)	187
→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011)	187
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011).....	187
→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011)	187
→ DAS RESPONSABILIDADES (ARTS. 32 A 34 DA LEI Nº 12.527/2011)	188
→ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 6º DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	188
→ DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE (ARTS. 7º A 14 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	188
→ DISPOSIÇÕES GERAIS DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR (ARTS. 19 A 24 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	188
→ DA FAMÍLIA NATURAL (ARTS. 25 A 27 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	188
→ DA FAMÍLIA SUBSTITUTA: GUARDA, TUTELA E ADOÇÃO (ARTS. 28 A 52-D DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	189
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER (ARTS. 53 A 59-A DA LEI Nº 8.069/1990 ECA).....	189
→ DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO (ARTS. 60 A 69 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	189
→ DISPOSIÇÕES GERAIS DA PREVENÇÃO (ARTS. 70 A 73 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	189
→ DA PREVENÇÃO ESPECIAL (ARTS. 74 A 85 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	189
→ DISPOSIÇÕES GERAIS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO (ARTS. 86 A 89 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	190
→ DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO (ARTS. 90 A 97 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	190
→ DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO (ARTS. 98 A 102 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	190
→ DISPOSIÇÕES GERAIS DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL (ARTS. 103 A 105 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	190
→ DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS (ARTS. 112 A 125 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	190
→ DA REMISSÃO (ARTS. 126 A 128 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	191
→ DO CONSELHO TUTELAR (ARTS. 131 A 140 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	191
→ DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE (ARTS. 145 A 151 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	191
→ DOS PROCEDIMENTOS DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 152 A 197-F DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	191
→ DA PROTEÇÃO JUDICIAL DOS INTERESSES INDIVIDUAIS, DIFUSOS E COLETIVOS (ARTS. 208 A 224 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	192
→ DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 245 A 258-C DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	192
→ DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (ARTS. 259 A 267 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	192

→ DIREITOS HUMANOS - CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E TRATAMENTOS DEGRADANTES (DECRETO Nº 40/1991).....	192
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 60 A 62 DA LEI Nº 9.099/1995).....	193
→ DA COMPETÊNCIA E DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 63 A 68 DA LEI Nº 9.099/1995)	193
→ DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (ARTS. 77 A 83 DA LEI Nº 9.099/1995).....	193
→ DA EXECUÇÃO, DAS DESPESAS PROCESSUAIS E DISPOSIÇÕES FINAIS (ARTS. 84 A 92 DA LEI Nº 9.099/1995)	193
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 6º A 24 DA LEI Nº 9.605/1998)	194
→ DOS CRIMES CONTRA A FAUNA (ARTS. 29 A 37 DA LEI Nº 9.605/1998)	194
→ DOS CRIMES CONTRA A FLORA (ARTS. 38 A 53 DA LEI Nº 9.605/1998)	194
→ DA POLUIÇÃO E OUTROS CRIMES AMBIENTAIS (ARTS. 54 A 61 DA LEI Nº 9.605/1998).....	195
→ DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (ARTS. 5º A 7º DA LEI Nº 11.340/2006).....	195
→ DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (ARTS. 8º A 12-C DA LEI Nº 11.340/2006).....	195
→ DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (ARTS. 18 A 24-A DA LEI Nº 11.340/2006).....	195
→ LEI Nº 13.869/2019 - LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE (ANTIGA LEI Nº 4.898/1965).....	195
→ GABARITO 	196

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO..... 197

→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO.....	197
→ PODER REGULAMENTAR.....	197
→ PODER HIERÁRQUICO	198
→ PODER DISCIPLINAR	199
→ PODER DE POLÍCIA.....	199
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	199
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	200
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	201
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	203
→ RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS EMPRESAS ESTATAIS E DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS	203
→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO	204
→ EXCLUDENTES E ATENUANTES DE RESPONSABILIDADE.....	205
→ RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATOS OMISSIVOS.....	205
→ RESPONSABILIDADE POR ATOS LEGISLATIVOS E JUDICIAIS	205
→ CASOS ESPECIAIS (DANOS DECORRENTES DE OBRA PÚBLICA, RESPONSABILIDADE DOS TABELIÃES, ETC.)	206
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	206
→ PARLAMENTAR DIRETO (CONTROLE POLÍTICO)	207
→ PARLAMENTAR INDIRETO (TRIBUNAIS DE CONTAS E CONTROLE TÉCNICO-FINANCEIRO).....	208
→ CONTROLE JURISDICIONAL	209
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	210

→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	210
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429/1992).....	211
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	212
→ DAS DISPOSIÇÕES PENAIS (ARTS. 19 A 22 DA LEI Nº 8.429/1992)	212
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 23 A 23-C DA LEI Nº 8.429/1992)	213
→ GABARITO 	213

LÍNGUA PORTUGUESA

→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS

1. (FCC – 2019) Todas as palavras estão grafadas corretamente em:

- a) Talvez restem poucas reminiscências no imaginário coletivo dos males de algumas doenças evitadas pela vacinação.
- b) Os médicos reivindicam uma maior aderência dos pacientes às campanhas esclarecedoras sobre a vacinação.
- c) O medo de que as vacinas façam mau às crianças tem levado o Ministério da Saúde a rever suas estratégias.
- d) A ignorância quanto aos riscos das vacinas se estende das camadas mais pobres às mais abastadas da população.
- e) O ideal é que os responsáveis vacinem seus filhos exponetaneamente, visando protegê-los e colaborando com o coletivo.

2. (FCC – 2019) Todos os vocábulos estão grafados **corretamente** em:

- a) Jornalista renomado, Ruy Castro já produziu textos para diversos veículos da imprensa brasileira.
- b) Além de jornalista, Ruy Castro é ezímio biógrafo. Seus livros sobre Nelson Rodrigues e Garrincha são famosos.
- c) Grande parte da produção jornalística de Ruy Castro foi eternizada em livros, os quais são elogiados pelos críticos.
- d) Em seu livro *Chega de Saudade*, Ruy Castro conclue uma reconstituição histórica do período da Bossa Nova no Brasil.
- e) Ruy Castro fala de seus hábitos como jornalista desde a época em que redigia os textos à máquina de escrever.

3. (FCC – 2018)

[Viagem sem volta]

Uma das nossas contradições fundamentais é a gente desejar viver na cidade grande e levar no inconsciente a intenção de criar em torno de nós a aldeia natal. Sabemos que a tranquilidade e a solidariedade da vila são imprescindíveis à respiração normal do psiquismo; mesmo assim, no dia de cumprir nosso destino enfiamos as roupas melhorzinhas e partimos para a cidade, onde as aflições são certas, mas podem vir misturadas com um novo prazer, com uma alegria inédita.

Movidos por essa sensualidade das experiências novas e desafiadoras é que trocamos a paz preguiçosa e angelical da nossa província pelo festival demoníaco da metrópole. Pensará o jovem: “a terra de meu pai está cansada para as batatas...” E é assim que tantos partem para os grandes centros, agravando a poluição humana e deixando preocupado o ministro da Agricultura.

(Adaptado de: CAMPOS, Paulo Mendes. **O mais estranho dos países**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013, p. 104)

Observam-se plenamente a **correta ortografia** e a **adequada pontuação** na redação do seguinte comentário sobre o texto:

- a) O autor da crônica não deixa de ajuizar, é certo, os prejuízos eventualmente causados pelo êxodo dos jovens, que comumente aspiram a viver nos grandes centros.
- b) O cronista parece acreditar que os jovens se ezasperam, frequentemente, com a monotonia que se institue no cotidiano das suas pacatas aldeias.
- c) A agricultura é um dos segmentos econômicos que se dão mau pelo fato de prevalescer, entre os jovens, a necessidade de assessar os grandes centros.
- d) Em vez de se aceitarem como meros expectadores da vida que passa, muitos jovens embuem-se, de uma obrigação radical, e partem para a metrópole.
- e) A monotonia destitue a vida do grande encantamento que há naquilo que ao nos surpreender, traz consigo o prazer insubstituível das experiências reveladoras.

4. (FCC – 2018)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

PORTARIA Nº 195, de 20 de dezembro de 2016.

Dispõe sobre o credenciamento da imprensa no âmbito da Presidência da República, e dá outras providências.

O Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência da República, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 16, incisos V e VIII, da Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República, aprovada pelo Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016, resolve:

Art.1º Esta Portaria dispõe sobre as normas de credenciamento da imprensa junto à Presidência da República.

[...]

Art. 4º O credenciamento será concedido a repórteres, repórteres fotográficos e cinematográficos e técnicos que tenham vínculo com jornais, agências de notícias, veículos da internet, revistas, emissoras de rádio ou de televisão e agências de fotojornalismo que tenham sede ou sucursal em Brasília, devidamente registrados no CNPJ, que realizam publicações em portais de notícias e mídia impressa e além dos profissionais de imprensa vinculados a órgãos da imprensa estrangeira, mediante os seguintes critérios:

I - uma mesma pessoa não poderá ser credenciada por mais de uma empresa e em mais de uma categoria profissional;

II - poderão ser credenciados mais de uma empresa ou grupo de empresas, conforme a área de interesse ou característica do veículo.

[...]

Art. 6º O credenciamento anual, inclusive dos profissionais de imprensa brasileiros que trabalhem em empresas estrangeiras, deve ser requerido, por meio de cadastramento eletrônico, no sítio do Planalto: <http://www2.planalto.gov.br/area-de-imprensa>, preenchendo a ficha de dados cadastrais e anexando a seguinte documentação em formato pdf único [...]

(Presidência da República, Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br>)

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA BÁSICA

→ ESTATÍSTICA - PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA

1. (FCC – 2024) Um dado tem 6 faces numeradas de 1 a 6. Para esse dado, sabe-se que, ao jogá-lo, a probabilidade de sair uma face par é o dobro da probabilidade de sair uma face ímpar. A probabilidade de sair 1 ou 4 ao jogarmos esse dado é

- a) 116
- b) $\frac{1}{2}$
- c) $\frac{1}{9}$
- d) $\frac{2}{3}$
- e) $\frac{1}{3}$

2. (FCC – 2022) Oito amigos sentam-se, ao acaso, ao redor de uma mesa retangular com 4 lugares em cada um dos lados mais longos. A probabilidade de Ana e Abel ficarem sentados em frente um do outro é:

- a) $\frac{1}{14}$.
- b) $\frac{1}{8}$.
- c) $\frac{2}{7}$.
- d) $\frac{3}{8}$.
- e) $\frac{1}{7}$.

3. (FCC – 2019) Conforme um censo realizado em uma empresa, apenas $\frac{1}{3}$ de seus funcionários possui nível superior completo. Sabe-se que:

- I. 60% dos funcionários desta empresa são homens e o restante mulheres.
- II. 75% dos funcionários desta empresa que são mulheres não possuem nível superior completo.

Se um funcionário é escolhido aleatoriamente na empresa para executar uma tarefa, então a probabilidade de ele ser homem e possuir nível superior completo é igual a

- a) $\frac{4}{30}$.
- b) $\frac{1}{10}$.
- c) $\frac{11}{30}$.
- d) $\frac{1}{5}$.
- e) $\frac{7}{30}$.

→ PROBABILIDADE CONDICIONAL

4. (FCC – 2018) Uma turma julgadora da segunda instância tem 400 processos para serem julgados agravos ou embargos, sendo que 140 são processos iniciados na 1ª Vara do tribunal, 200 são processos iniciados na 2ª Vara para julgamento de agravo e 30 são processos iniciados na 1ª Vara para julgamento de embargos.

Ao selecionar aleatoriamente um processo, e sabendo-se que foi iniciado na 1ª Vara, a probabilidade do processo se referir a um julgamento de agravo é

- a) $\frac{11}{14}$.
- b) $\frac{11}{40}$.
- c) $\frac{10}{13}$.
- d) $\frac{5}{14}$.
- e) $\frac{1}{2}$.

5. (FCC – 2018) Em um censo realizado em um órgão público observou-se que:

I. 60% dos funcionários têm salário superior a R\$ 10.000,00.

II. 62,5% dos funcionários com nível médio não têm salário superior a R\$ 10.000,00.

III. 75% dos funcionários com nível superior têm salário superior a R\$ 10.000,00.

IV. 4% dos funcionários possuem apenas o nível fundamental e nenhum deles ganha acima de R\$ 10.000,00.

Sejam F o conjunto dos funcionários com nível fundamental, M o conjunto dos funcionários com nível médio e S o conjunto dos funcionários com nível superior. F, M e S são disjuntos dois a dois e o número de funcionários deste órgão é exatamente igual à soma dos números de elementos destes 3 conjuntos. Sorteando um funcionário ao acaso, a probabilidade de ele ter um curso superior dado que não ganha mais que R\$ 10.000,00 é de

- a) 25%.
- b) 16%.
- c) 50%.
- d) 40%.
- e) 64%.

6. (FCC – 2018) Em um determinado órgão público, verificou-se em um levantamento com seus 320 funcionários que:

I. 192 dos funcionários são do sexo masculino e 128 são do sexo feminino.

II. 37,5% dos funcionários ganham um salário igual ou inferior a 5 salários mínimos.

III. 75% dos funcionários do sexo masculino ganham um salário superior a 5 salários mínimos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

→ INFORMÁTICA - PROCESSADOR (CPU) E ARQUITETURA DE COMPUTADOR

1. (FCC – 2019) Os dispositivos multicore possuem mais de um núcleo em um único chip. Um exemplo de multicore é o Intel Core i9-9900K de 9ª geração com 8 núcleos. Intel Core i9-9900K é um tipo de

- a) HD.
- b) ROM.
- c) SSD.
- d) RAM.
- e) processador.

2. (FCC – 2019) Um Estagiário sugeriu a aquisição de um computador com processador Intel Core i7, com clock de

- a) 1024 MB/s.
- b) 1.2 TB.
- c) 3.7 GHz.
- d) 540 petaFLOPS.
- e) 128 GHz.

→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA)

3. (FCC – 2018) Os dispositivos periféricos são componentes de hardware que se conectam a um computador para adicionar funcionalidade, sendo divididos em dispositivos de entrada, de saída e de entrada-saída. São exemplos de cada uma dessas categorias, respectivamente:

- a) scanner, monitor e modem.
- b) teclado, impressora e microfone.
- c) mouse, pendrive e alto-falante.
- d) webcam, drive de CD-ROM e cartões de memória.
- e) joystick, drive de disquete e vídeo.

→ WINDOWS 10

4. (FCC – 2025) No Windows 10, funcionando em condições ideais, um Analista Judiciário de um Tribunal Regional do Trabalho, estando no prompt de comando - cmd executado como Administrador, aplicou ATTRIB + R para um dado arquivo porque ele pretende defini-lo como

- a) de sistema.
- b) leitura e gravação.
- c) oculto.
- d) morto.
- e) somente leitura.

5. (FCC – 2025) Os computadores utilizados na rede interna de um Tribunal devem estar protegidos contra ataques de malware e acessos não autorizados.

Em máquinas com esse sistema operacional instalado e funcionando em condições ideais, o Windows 10

- a) possui antispywares, que são utilizados exclusivamente para remover vírus que já infectaram o sistema, assim esses vírus são neutralizados e não oferecem mais nenhum tipo de ameaça.
- b) oferece o Windows Defender Antivírus de forma nativa. Estando no modo ativo, os arquivos são verificados, as ameaças são corrigidas e as ameaças detectadas são listadas nos relatórios de segurança.
- c) oferece segurança nativa para bloqueio de worms, um tipo de malware que exige interação do usuário para se propagar na rede, como clicar em um link ou abrir um arquivo infectado.
- d) dispensa a configuração de um firewall, caso já haja um antivírus instalado, pois o antivírus realiza todas as funções de proteção contra acessos não autorizados.
- e) possui um recurso nativo chamado Defender Shield, que impede a instalação de qualquer programa malicioso e monitora todas as ameaças. caso esteja executando no modo S.

6. (FCC – 2025) Sobre a função do Windows Defender Firewall do Windows 10 e o combate a vírus, worms e outras pragas virtuais, ele

- a) bloqueia automaticamente a execução de arquivos infectados com vírus ou worms no sistema operacional.
- b) impede conexões de rede não autorizadas com base no endereço IP, protocolo ou porta.
- c) remove automaticamente malwares detectados em conexões de entrada e saída da rede.
- d) desativa qualquer aplicação que tente acessar a internet sem a permissão do usuário.
- e) é responsável por realizar varreduras completas no sistema em busca de vírus e outras ameaças.

CONHECIMENTOS GERAIS

→ GEOGRAFIA - GLOBALIZAÇÃO E DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

1. (FGV – 2025) A globalização, caracterizada pela crescente interconexão e consciência global, impacta profundamente as estruturas sociais, econômicas e culturais. O conceito de “glocalização” surge como uma tentativa de compreender as relações complexas entre o global e o local, com implicações significativas para a organização do trabalho e para a vida dos indivíduos. Em relação à questão do trabalho, o conceito de “glocalização” sugere que:

- a) a padronização global das práticas de trabalho é essencial para a competitividade no mercado mundial;
- b) a adaptação das práticas de trabalho às especificidades locais e culturais é fundamental no contexto da globalização;
- c) a mobilidade da mão de obra global é o principal fator para a uniformização das condições de trabalho em todo o mundo;
- d) a imposição de modelos de gestão globalizados pelas empresas transnacionais é a chave para aumentar a eficiência da força de trabalho local;
- e) a crescente autonomia do trabalhador local frente às demandas globais é uma consequência inevitável do processo de globalização e de adaptação dos mercados.

2. (FGV – 2024) As últimas décadas testemunharam mudanças importantes nas facilidades de transporte, na comunicação e no processamento de dados, com efeitos sobre os processos produtivos, os fluxos comerciais e a movimentação internacional de capitais.

Disponível em: [Sobre as consequências decorrentes da dinâmica descrita, analise as afirmativas a seguir.](https://ipcig.org/sites/default/files/pub/pt-br/Acesso: 19 jul. 2024. (Adaptado)</p></div><div data-bbox=)

I. Acarreta uma maior concentração de recursos e de riquezas nos países desenvolvidos, aumentando a desigualdade entre as nações.

II. Promove a reestruturação das linhas de produção e de distribuição de mercadorias, com a transferência de unidades fabris para a periferia capitalista.

III. Intensifica os fluxos financeiros e a circulação de informações, limitando a soberania dos Estados nacionais no sistema político internacional. Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

3. (FGV – 2024) A ampliação da mobilidade das pessoas e a eliminação em grande escala dos controles fronteiriços na Europa e em outras partes do mundo tornam cada vez mais difícil para os governos controlar o que entra e sai dos seus territórios e o que ocorre neles. É tecnicamente impossível controlar mais do que uma fração mínima do conteúdo dos contêineres que transitam pelos portos sem reduzir o ritmo da vida econômica diária quase pela metade.

HOBBSAWN, Erick. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.144.

Sobre os desdobramentos desse processo, analise as afirmativas a seguir.

I. Os traficantes e os comerciantes ilegais valem-se amplamente dessa facilidade, assim como da incapacidade dos Estados de controlar ou mesmo monitorar as transações financeiras internacionais.

II. A diminuição de poderes dos Estados e dos governos nas últimas décadas, poderá causar, em casos extremos, a perda do controle de partes dos seus territórios.

III. O surgimento de bolsões de ilegalidade, integrados às redes globais mais amplas, nos quais os governos nacionais exercem pouco ou nenhum controle.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

4. (FGV – 2023) “A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política.”

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 22

As opções a seguir apresentam os sentidos e as características da globalização, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Um mundo homogêneo, integrado e unido em torno de uma aldeia global representa a globalização como fábula.
- b) O aumento da pobreza e da desigualdade são mazelas que indicam a perversidade do processo de globalização.
- c) A unicidade técnica e a convergência dos momentos são fatores que ajudam a explicar a globalização.
- d) As técnicas se apresentam de forma isolada, pois cada instrumento atua independentemente para a consolidação da globalização.
- e) A concentração da sociodiversidade em alguns lugares do mundo serve como base para uma outra globalização.

CONHECIMENTOS REGIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ

→ ATUALIDADES E CONHECIMENTOS GERAIS - REALIDADE SOCIAL, HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO PIAUÍ

1. (FCC – 2026) Uma das principais festas populares do Piauí, o Reisado, é

- a) uma encenação da Paixão de Cristo durante a Semana Santa, com procissões e manifestações religiosas ocorridas na cidade de Floriano.
- b) um festejo folclórico que fantasia a coroação dos reis de Portugal e o retorno de Dom Sebastião.
- c) uma celebração junina com quadrilhas e comidas à base de milho, como pamonha e canjica.
- d) uma manifestação folclórica com dança de um boi que morre e ressuscita, declarada patrimônio imaterial do estado.
- e) um festejo em que grupos de foliões, muitas vezes chamados de “reis” ou “pastores”, visitam as casas da comunidade para cantar, dançar e anunciar a chegada dos Reis Magos.

2. (FCC – 2025) Um dos patrimônios piauienses reconhecidos pela Unesco é o Parque Nacional da Serra da Capivara, que abriga

- a) centenas de sítios arqueológicos, muitos dotados de pinturas rupestres, e vasta área de preservação natural, perfazendo sua importância como patrimônio cultural da Humanidade.
- b) o local onde foi encontrado o fóssil de Luzia, considerada a mulher mais antiga do continente e que representou uma descoberta revolucionária para a arqueologia brasileira.
- c) a Fundação do Homem Americano, entidade científica responsável por consagrar a tese de que a ocupação humana do continente deu-se por migrações pelo Estreito de Behring.
- d) a cidade histórica mais antiga do estado, São Raimundo Nonato, além de cânions e espécimes da flora e da fauna do bioma da caatinga, sendo, por isso, considerado oficialmente um patrimônio misto.
- e) as ossadas humanas de datação mais remota encontradas no país, pela arqueóloga Niède Guidon, que fez suas primeiras escavações na região nos anos 1970.

3. (FCC – 2025) São manifestações culturais importantes no Piauí e consideradas patrimônio cultural nacional:

- a) a arte da rabeca e o festival de verão de Parnaíba.
- b) a arte santeira em madeira e a cajuina.

- c) o Bumba Meu Boi e a festa de Nossa Senhora dos Navegantes.
- d) as festas juninas e o beiju.
- e) a capoeira e o samba de cumbuca.

4. (FCC – 2025) Um dos patrimônios piauienses reconhecidos pela Unesco é o Parque Nacional da Serra da Capivara, que abriga:

- a) a Fundação do Homem Americano, entidade científica responsável por consagrar a tese de que a ocupação humana do continente deu-se por migrações pelo Estreito de Behring.
- b) a cidade histórica mais antiga do estado, São Raimundo Nonato, além de cânions e espécimes da flora e da fauna do bioma da caatinga, sendo, por isso, considerado oficialmente um patrimônio misto.
- c) as ossadas humanas de datação mais remota encontradas no país, pela arqueóloga Niède Guidon, que fez suas primeiras escavações na região nos anos 1970.
- d) centenas de sítios arqueológicos, muitos dotados de pinturas rupestres, e vasta área de preservação natural, perfazendo sua importância como patrimônio cultural da Humanidade.
- e) o local onde foi encontrado o fóssil de Luzia, considerada a mulher mais antiga do continente e que representou uma descoberta revolucionária para a arqueologia brasileira.

5. (FCC – 2025) Considere o texto a seguir:

[...] a marcha dos povoadores se destaca numa variante, que vai atingir as planuras do Piauí. O primeiro impulso resultava de necessidades defensivas, na perseguição ao gentio que para lá se retirava, depois de incursões destruidoras no vale do São Francisco. A disposição dessas imensas planícies decidiu da índole da conquista. Os rebanhos soltaram-se pelos pastos tão amplos do Parnaíba.

(Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br>)

Este trecho do livro O devassamento do Piauí, escrito em 1946 por Barbosa Lima Sobrinho, revela:

- a) uma postura do autor que questiona a necessidade da ação dos povoadores no Piauí e seu combate aos indígenas.
- b) a crítica à perseguição ao chamado “gentio”, denunciando que os povos indígenas eram pacíficos e já haviam tido suas aldeias destruídas no vale do rio São Francisco.
- c) uma narrativa épica do povoamento do Piauí, marcado pela introdução da pecuária, sob uma perspectiva que tende a enaltecer os feitos dos colonizadores brancos e suas necessidades.

LEGISLAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ

→ **LEGISLAÇÃO MILITAR - LEI Nº 14.751/2023 - LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS PMS E CBMS DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**

1. (IDECAN – 2025) Em se tratando das disposições presentes na Lei nº 14.751/2023 (Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios), assinale a alternativa correta que indique um dos princípios básicos a serem observados pelas polícias militares e pelos corpos de bombeiros dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

- a) Atendimento permanente ao cidadão e à sociedade.
- b) Planejamento estratégico e sistêmico.
- c) Integração com a comunidade, com o Poder Judiciário, com os órgãos do sistema de segurança pública e com demais instituições públicas.
- d) Proteção, promoção e respeito aos direitos humanos, inclusive os decorrentes de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.
- e) Planejamento e distribuição do efetivo proporcionalmente ao número de habitantes na circunscrição, obedecidos indicadores, peculiaridades e critérios técnicos regionais, salvo o caso de unidades especializadas, quando houver apenas uma unidade para determinada área geográfica.

2. (IDECAN – 2025) Consubstanciado nas disposições trazidas na Lei nº 14.751/2023 (Institui a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios), assinale a alternativa correta.

- a) É permitido aos militares divulgar imagens de pessoas sob sua custódia sem prévia autorização judicial.
- b) O militar com menos de 20 (vinte) anos de serviço que for candidato a mandato eletivo será afastado do serviço ativo no dia posterior ao pedido de registro de sua candidatura na Justiça Eleitoral.
- c) O militar com menos de 10 (dez) anos de serviço que for candidato a mandato eletivo será agregado no dia posterior ao pedido de registro de sua candidatura na Justiça Eleitoral com remuneração, enquanto perdurar o pleito eleitoral, e, se eleito, no ato da diplomação passará para a reserva remunerada com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- d) O militar eleito e que tomar posse como suplente será agregado ao respectivo quadro, enquanto perdurar o mandato temporário, podendo manter as duas remunerações.

- e) É vedado aos militares, enquanto em atividade, participar de sociedade comercial, salvo como cotista, acionista e comanditário, e exercer atividade gerencial ou administrativa nessas empresas, salvo na hipótese de licença para tratar de interesse particular.

3. (FGV – 2024) Jonas, policial militar no estado Alfa, foi instado pelo seu superior a proceder à leitura da Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Em assim sendo, durante a análise da legislação, a atenção de Jonas foi captada por uma determinada diretriz que deve ser observada pelas polícias militares.

De acordo com as disposições da Lei nº 14.751/2023, é uma diretriz que deve ser observada pelas polícias militares no âmbito de suas atribuições constitucionais e legais a:

- a) publicidade, com transparência e prestação de contas;
- b) proteção, promoção e respeito aos direitos humanos;
- c) universalidade na prestação do serviço;
- d) capacitação profissional continuada;
- e) hierarquia e disciplina.

4. (IDHTEC – 2023) As Polícias Militares e Corpos de Bombeiros dos Estados e do Distrito Federal são consideradas Forças Auxiliares e Reservas do Exército. Nesse diapasão em suas atividades cotidianas de preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, tanto as polícias, quanto os bombeiros estão sujeitos e devem cumprimento de ordem:

- a) Aos Comandantes das Forças Armadas.
- b) Aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal.
- c) Apenas aos Comandantes das Polícias Militares Estaduais e Corpos de Bombeiros.
- d) Aos Comandantes das Forças Armadas e aos Comandantes das Forças Militares Estaduais.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

→ **DECRETO Nº 88.777/1983 - REGULAMENTO PARA AS PMS E CBMS (R-200)**

5. (IDIB – 2023) Nos termos do Decreto-Lei nº 88.777, de 30.09.1983 (e suas alterações), a atividade operacional policial-militar obedecerá a planejamento que vise, principalmente, à manutenção da ordem pública nas respectivas Unidades

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

→ DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOUTRINA) - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)

1. (FCC – 2024) Em conformidade com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, pelos seguintes princípios, dentre outros:

- a) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; não concessão de asilo político; igualdade entre os Estados.
- b) independência nacional; não intervenção; não concessão de asilo político.
- c) prevalência dos direitos humanos; não integração cultural dos povos da América Latina; intervenção.
- d) repúdio ao terrorismo; intervenção; defesa da paz.
- e) repúdio ao racismo; solução pacífica dos conflitos; autodeterminação dos povos.

2. (FCC – 2023) Nos termos da Constituição Federal, constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil

- a) erradicar as desigualdades sociais e regionais.
- b) reduzir a pobreza e a marginalização.
- c) garantir o desenvolvimento nacional e internacional.
- d) assegurar a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- e) construir uma sociedade livre, justa e solidária.

3. (FCC – 2022) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I. pluralismo político.

II. repúdio ao terrorismo e ao racismo.

III. erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.

IV. independência nacional.

V. concessão de asilo político.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II, IV e V.
- b) I, III e V.
- c) II, III e V.
- d) I, III e IV.
- e) I, II e IV.

4. (FCC – 2018) A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio que

- a) autoriza o uso da intervenção, em qualquer hipótese, desde que autorizada pelo Senado Federal.
- b) prega a solução dos conflitos por meio do uso da força, competindo ao Presidente da República declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Senado Federal.
- c) reconhece a diferença hierárquica entre os Estados em função de sua importância econômica.
- d) reconhece a autodeterminação dos povos.
- e) estimula a competição entre os povos para o progresso da humanidade.

5. (FCC – 2018) À luz do que dispõe a Constituição Federal quanto aos seus princípios fundamentais,

- a) todo o poder emana de Deus, que o exerce por meio de representantes eleitos pelo povo, nos termos da Constituição.
- b) são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Moderador.
- c) constituem, dentre outros, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- d) a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- e) a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

6. (FCC – 2018) O título I da Constituição Federal de 1988 trata dos princípios e objetivos fundamentais, incluindo, dentre esses, a

- a) democracia como princípio de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- b) garantia do desenvolvimento nacional como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- c) soberania e construção de uma sociedade livre, justa e solidária como objetivo do Estado Democrático de Direito.
- d) prevalência dos direitos humanos como fundamento do Estado Democrático de Direito.
- e) cidadania como princípio de regência das relações internacionais da República Federativa do Brasil.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ

→ DIREITO CONSTITUCIONAL ESTADUAL E DISTRITAL - CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ (CE-PI)

1. (FGV – 2025) Gustavo é servidor público no Estado do Piauí, titular de cargo efetivo.

Em 2024, Gustavo sofreu um grave acidente de automóvel e teve comprometimento parcial de sua capacidade mental. A perícia confirmou que Gustavo não pode mais realizar as atividades que exercia, mas poderia fazer outras atividades mais simples e de menor complexidade, úteis ao serviço público.

Sobre a hipótese, considerando a Emenda Constitucional estadual no 54/2019, assinale a afirmativa correta.

- a) Gustavo deverá ser aposentado por incapacidade permanente.
- b) Gustavo será readaptado e receberá a remuneração do novo cargo que vier a ocupar.
- c) Não será possível a readaptação, porque isso somente é possível quando a limitação for da capacidade física.
- d) Gustavo poderá ser readaptado para cargo de menor complexidade, mantida a remuneração do cargo de origem.
- e) Gustavo decidirá se aceita ou não a readaptação, e caso aceite a remuneração será a média física entre aquela do cargo de origem e o novo cargo.

2. (ESMAL – 2025) De acordo com a Constituição do Estado do Piauí, o Ministério Público:

- a) É subordinado administrativamente ao Poder Executivo, a quem presta contas financeiras anuais.
- b) Está vinculado ao Poder Judiciário, integrando sua estrutura organizacional.
- c) É instituição temporária, com atuação limitada à esfera penal.
- d) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa.
- e) Depende de autorização do Tribunal de Justiça para instaurar procedimentos extrajudiciais.

3. (ESMAL – 2025) Nos termos da Constituição do Estado do Piauí, compete ao Ministério Público, dentre outras atribuições:

- a) Julgar servidores públicos estaduais acusados de improbidade administrativa.
- b) Promover a defesa de interesses exclusivamente individuais disponíveis.
- c) Exercer, com exclusividade, a função de consultoria jurídica do Estado.
- d) Controlar externamente a atividade policial, na forma da lei.
- e) Supervisionar diretamente os atos administrativos dos chefes dos demais Poderes.

4. (ESMAL – 2025) Assinale a alternativa CORRETA quanto à escolha do Procurador-Geral de Justiça, segundo a Constituição do Estado do Piauí:

- a) É escolhido livremente pelo Governador dentre bacharéis em Direito de notório saber jurídico.
- b) Deve ser obrigatoriamente o membro mais antigo da carreira no Ministério Público.
- c) É nomeado pelo Governador a partir de lista tríplice formada pelos membros da instituição.
- d) É indicado pelo Colégio de Procuradores e sabatinado pela Assembleia Legislativa.
- e) É eleito por voto direto dos cidadãos piauienses para mandato de dois anos.

5. (CEBRASPE (CESPE) – 2025) Segundo a Constituição do Estado do Piauí, a alienação dos bens imóveis do estado do Piauí

- a) é proibida em ano de eleição para governador do estado.
- b) sempre dependerá de avaliação, ainda que a transferência seja de autarquias ou fundações públicas.
- c) sempre dependerá da realização de licitação, na modalidade prevista em lei nacional.
- d) sempre dependerá da realização de licitação, preferencialmente na modalidade concorrência.
- e) sempre dependerá da realização de licitação, preferencialmente na modalidade tomada de preço.

6. (CEBRASPE (CESPE) – 2025) Acerca dos bens imóveis do estado do Piauí, assinale a opção correta conforme a Constituição do Estado do Piauí.

- a) A alienação de bens imóveis das sociedades de economia mista dispensa prévia avaliação e autorização legislativa.
- b) A alienação de bens imóveis de empresa pública do estado do Piauí dependerá de procedimento licitatório quando for destinada à regularização fundiária.
- c) A alienação de bens imóveis do estado Piauí destinada a outra entidade da administração pública de qualquer esfera federativa está condicionada a prévio procedimento licitatório.
- d) A proibição de alienação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio estadual no período de 180 dias que precede a posse do governador do estado não é estendida aos imóveis das entidades da administração autárquica e fundacional.
- e) A utilização gratuita dos bens imóveis do estado do Piauí por terceiros somente é admitida mediante autorização legislativa.

DIREITO PENAL

→ DIREITO PENAL - PRINCÍPIOS MODERNOS DE DIREITO PENAL

1. (FCC – 2023) A intervenção estatal consistente na repressão penal apenas se justifica se houver lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico tutelado, de acordo com o princípio da

- a) Insignificância.
- b) humanidade
- c) legalidade.
- d) ofensividade.
- e) adequação social.

→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP)

2. (FCC – 2023) A lei penal posterior

- a) retroagirá em qualquer hipótese.
- b) não retroagirá, salvo a pedido da vítima.
- c) não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- d) não retroagirá, salvo para prejudicar o réu.
- e) não retroagirá em nenhuma hipótese.

→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP)

3. (FCC – 2018) Acerca da aplicação da lei penal no direito brasileiro, o ordenamento vigente estabelece que

- a) a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto se já houve o trânsito em julgado da sentença, hipótese em que a decisão se torna imutável.
- b) a lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, somente se a sua vigência for anterior ao início da prática delitiva, em razão do princípio da irretroatividade da lei penal mais severa.
- c) as contravenções praticadas contra a Administração pública, por quem está a seu serviço ficam sujeitas à lei brasileira, embora cometidas no estrangeiro.
- d) a pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando idênticas, ou nela é computada, quando diversas.
- e) a lei temporária aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, embora decorrido o período de sua duração

→ TEMPO DO CRIME (ART. 4º DO CP)

4. (FCC – 2022) Caio, enquanto ainda tinha 17 anos, participou de um sequestro para transferência de PIX por meio do celular da vítima, junto com mais 3 colegas. O crime permanente demorou mais do que o esperado e acabou somente no dia seguinte, dia em que completou 18 anos. O celular da vítima tinha rastreador e sua família acionou a polícia, que conseguiu interceptar o veículo usado para o sequestro e prender os roubadores, no dia em que Caio alcançava a maioridade. Sobre a imputabilidade de Caio, na hora de seu julgamento,

- a) como se trata de crime permanente, Caio será julgado como menor de idade.
- b) como se trata de crime permanente, Caio será julgado como maior de idade.
- c) considerando que o Código Penal adota a teoria da ação, Caio será julgado como menor de idade.
- d) por se tratar de norma penal mais benéfica, será aplicada a regra que considera Caio menor de idade.
- e) por ser a data de seu aniversário, dependerá do horário, que consta na certidão, como o de seu nascimento.

→ LUGAR DO CRIME (ART. 6º DO CP)

5. (FCC – 2016) O código penal brasileiro considera praticado o crime no lugar em que ocorreu a

- a) omissão ou ação dolosa, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- b) ação ilícita, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado esperado.
- c) ação ou omissão culposa do agente, no todo ou em parte, bem como onde se produziu o resultado.
- d) omissão, no todo ou em parte, ainda que seja outro o momento do resultado.
- e) ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP)

6. (FCC – 2025) Sobre a aplicação da lei penal, é correto afirmar:

- a) No caso de genocídio praticado no exterior, por se tratar de crime de interesse da humanidade e em nome dos princípios da justiça universal e da extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei brasileira para a hipótese de o autor do delito, mesmo sendo estrangeiro, ter domicílio no Brasil.
- b) No crime de estelionato tentado praticado no estrangeiro, estando a vítima em solo brasileiro, não haverá crime a ser perseguido no Brasil, na hipótese de não haver efetivo prejuízo ao ofendido, sendo que se aplica, nesse caso, a teoria da atividade para se fixar o lugar do delito.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011)

1. (FCC – 2022) Dentre as diretrizes em que se fundamentou a Lei de Acesso à Informação, figura(m):

I. observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II. utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

III. desenvolvimento do controle social da administração pública.

Está correto o que se afirma em

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I, II e III.
- e) I, apenas.

→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011)

2. (FCC – 2024) A Lei de Acesso à Informação — Lei nº 12.527/2011 — assegura o acesso à informação

- a) contida em registros ou documentos produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, desde que recolhidos a arquivos públicos.
- b) que possa colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos(as) cônjuges e filhos(as) somente quando decorrido o prazo de 5 anos contados do término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.
- c) relativa ao acervo patrimonial do órgão ou entidade pública, independentemente de requerimento do interessado.
- d) produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com órgãos ou entidades do Poder Público, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.
- e) classificada como secreta, uma vez ultrapassado o prazo de 10 anos.

→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011)

3. (FCC – 2024) Suponha que determinado cidadão tenha solicitado a uma sociedade de economia mista controlada pela União, informações a respeito de contrato celebrado pela mesma sem

prévio procedimento licitatório, demandando informações acerca das pesquisas realizadas para assegurar a adequação dos preços contratados aos praticados no mercado. O referido cidadão sustentou seu pedido na Lei de Acesso à Informação, negando-se a declinar os motivos da solicitação, bem como seu nome e dados pessoais, invocando o direito ao anonimato. De acordo com a disciplina estabelecida no referido diploma legal:

- a) a empresa não está obrigada a fornecer as informações requeridas, eis que, dada sua natureza de direito privado, não é alcançada pelas disposições do referido diploma legal.
- b) o cidadão possui o direito subjetivo à obtenção das informações requeridas, bem como à manutenção do anonimato, não podendo a empresa solicitar a revelação da identidade do mesmo.
- c) a empresa é obrigada a fornecer as informações requeridas, exceto se classificadas como sigilosas, podendo o cidadão declinar os motivos da solicitação e apresentar as informações requeridas acerca de sua identidade.
- d) embora a empresa esteja sujeita às obrigações estabelecidas no referido diploma legal, poderá negar acesso à informação se houver suspeita de conflito de interesses do solicitante.
- e) a empresa sujeita-se ao referido diploma e não poderá condicionar a disponibilização das informações à apresentação de justificativas, porém o cidadão deverá identificar-se, vedada a exigência de dados que dificultem o acesso à informação.

→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011)

4. (FCC – 2022) Considere que uma sociedade de economia mista tenha recebido solicitação, fundamentada na Lei de Acesso à Informação Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, de disponibilização de estudos realizados para realização de futuro projeto de implantação de um parque tecnológico e tenha negado a disponibilização dos estudos ao solicitante. De acordo com a normatização estabelecida no referido diploma legal, tal conduta

- a) somente será legítima, caso ocorra negativa do solicitante em declinar os legítimos interesses que justificam a solicitação.
- b) afigura-se legítima, eis que as sociedades de economia mista não se submetem à referida legislação, dada a natureza de pessoa jurídica de Direito Privado.
- c) encontra amparo legal, pois apenas documentos relativos a contratos e atos jurídicos já editados devem ser objeto de divulgação e disponibilização aos solicitantes.
- d) será válida, caso se trate de projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- e) não encontra amparo legal, pois inexistente possibilidade de negar acesso público a quaisquer documentos produzidos pela Administração, salvo aqueles produzidos pelas Forças Armadas e indispensáveis à manutenção da segurança nacional.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO

1. (FCC – 2022) Quanto aos poderes administrativos é

- a) vinculado aquele em que não há margem de liberdade para o exercício.
- b) de polícia aquele em que não há margem de liberdade para o exercício.
- c) discricionário aquele em que não há margem de liberdade para o exercício.
- d) vinculado aquele em que sempre há margem de liberdade para o exercício, nos limites da lei.
- e) de polícia aquele em que sempre há margem de liberdade para o exercício, nos limites da lei.

2. (FCC – 2019) A respeito da discricionariedade administrativa, na Administração Pública brasileira, afirma-se que

- a) pode ser conceituada como uma liberdade de escolha da conduta administrativa a ser adotada, a partir de um universo de condutas admitidas como válidas pela ordem jurídica vigente.
- b) sua redução objetiva afastar uma possível automatização do comportamento da Administração, que poderia dar causa a uma atuação estatal em descompasso com o interesse público, por causa do engessamento decisório que a discricionariedade gera.
- c) com o advento do Estado de Direito, quando se consagrou a submissão da Administração Pública ao princípio da legalidade, aquela se vê ampliada, ao arrepio da lei.
- d) com a promulgação da Carta de 1988, aquela se vê tratada como uma ação administrativa com poderes ilimitados.
- e) com a consagração da vinculação da administração pública ao princípio da legalidade, e mais, à juridicidade administrativa, desenvolveu-se um âmbito muito mais livre de apreciação e ação concedidas ao administrador.

3. (FCC – 2017) A discricionariedade de que a Administração pública dispõe para sua atuação a autoriza a

- a) diferir o cumprimento de requisitos legais para a prática de determinado ato, quando presentes razões de interesse público.
- b) praticar ou não determinado ato administrativo, independentemente da sua natureza vinculada.
- c) estabelecer os requisitos necessários para a prática de determinado ato que se caracterize como vinculado.
- d) escolher, entre as várias soluções válidas perante o direito, a que se afigura mais conveniente e oportuna do ponto de vista do interesse público.

- e) definir livremente, em cada caso concreto, os requisitos formais, bem como a conveniência e oportunidade da prática de determinado ato.

4. (FCC – 2017) A atuação da Administração pública pauta-se na legalidade, mas dentro desse conceito lhe é dado agir com certa margem de liberdade de escolha em determinadas situações, quando a ausência de disposição expressa ou a indeterminação dos termos legais conferem mais de uma opção de decisão. Essa atuação é qualificada como

- a) vinculada em sentido amplo, pois ainda que se extraíam da lei diversas opções de decisão, ao optar por uma delas, a atuação da Administração fica adstrita à legislação que a fundamentou.
- b) discricionária, pois quando não há previsão expressa da conduta que a Administração deve adotar em determinada situação, o exercício de interpretação para aplicação da norma pode permitir a identificação de mais de uma opção possível e válida de decisão.
- c) discricionária técnica, pois em verdade inexistem opções para o administrador, que sempre conseguirá identificar a solução válida com base na oitiva de órgãos especializados no assunto.
- d) poder de polícia, tendo em vista que esse dispensa previsão normativa das medidas e sanções a serem adotadas, cabendo à autoridade competente identificar, quando da situação, a verificação da melhor conduta a tomar.
- e) poder vinculado, tendo em vista que esse confere à Administração a atribuição de escolher uma opção válida dentre as possíveis de serem extraídas da interpretação legal.

→ PODER REGULAMENTAR

5. (FCC – 2025) Editada uma lei estabelecendo direitos dos administrados de acesso a processos administrativos e atendimento em órgãos públicos, o Chefe do Poder Executivo da mesma esfera federativa editou decreto disciplinando as solicitações de vista aos processos, assim como previsões quanto ao controle de entrada e saída de pessoas dos prédios públicos onde funcionam as unidades administrativas de atendimento ao público. O decreto editado

- a) é manifestação do poder regulamentar da Administração Pública, que se presta a explicitar e detalhar a forma de dar cumprimento às disposições legais regulamentadas.
- b) constitui expressão do poder disciplinar, decorrente da hierarquia estabelecida entre a Administração Pública e os administrados.
- c) é manifestação do poder de polícia da Administração Pública, que abrange a possibilidade de instituir restrições de direitos em face de leis autorizativas.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 **799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021**

 **92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022**

 **213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022**

 **337 APROVADOS
NO INSS 2022**



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO